

A Prescrição no Contrato de Seguro

*Ilan Goldberg*¹

1. Introdução. 2. A Sistemática Adotada no Código Civil de 1916. 3. A Sistemática Adotada no Código Civil de 2002. 4. A Aplicação do Código de Defesa do Consumidor – art. 27. 5. Conclusão.

1. Introdução:

O que motiva a prescrição do direito à propositura de determinada ação judicial nas relações desenvolvidas entre segurados e seguradores? Responder a esta pergunta, por mais simples que isto possa parecer, suscita dúvidas acirradas no âmbito dos nossos Tribunais de Justiça. Tais dúvidas, com efeito, não são fruto do conceito ensinado acerca da prescrição, mas, notadamente, em virtude do seu termo inicial de incidência, ou, em linguagem mais informal, o momento em que começa a “correr” o prazo disponibilizado para ou segurado ou segurador exercerem determinado direito que lhes parece assistir.

Clóvis Beviláqua, autor do Projeto do Código Civil de 1916, assim definiu a prescrição: *“é a perda da ação atribuída a um direito, e de toda a sua capacidade defensiva, em consequência do não uso delas, durante um determinado espaço de tempo”*². Diante da inércia, do não fazer por parte de determinado agente, ocorre a perda do direito ao exercício desta pretensão, como mecanismo de evitar que instabilidades jurídicas se perpetuem de maneira indeterminada, causando insegurança aos jurisdicionados.

Com relação ao conceito da prescrição não se verificam grandes dificuldades no âmbito doutrinário, o que já não ocorre com a distinção entre prescrição e decadência, palco de discussões das mais diversas. Particularmente quanto à prescrição, o que acarreta dificuldades singelas refere-se ao seu termo inicial de

¹ Ilan Goldberg é advogado, Sócio de Chalfin, Goldberg & Vainboim Advogados.

² VENOSA, Sílvio de Salvo, *Direito Civil*, SP, Atlas, 4ª ed., p. 633.

contagem, atrelado à ocorrência de violação do direito de determinada parte, ou seja, surgida a violação ao direito, por exemplo, a negativa de cobertura praticada por determinada seguradora, começa a partir desta negativa a fluir o prazo prescricional.

2. A Sistemática Adotada no Código Civil de 1916.

No art. 178, § 6º, inciso II do Código Civil de 1916, estipulava-se que o prazo prescricional das ações movidas por segurados em face de seguradores e vice-versa seria de um ano, ressalvando-se, apenas, que o § 7º, inciso V deste mesmo dispositivo aplicava o prazo de dois anos às hipóteses em que os fatos fossem praticados fora do País. Segundo a norma prevista no aludido inciso II, a contagem do prazo prescricional teria início a partir do momento em que o interessado tivesse conhecimento a respeito do fato que faria surgir o direito à percepção do capital segurado ou do pagamento do prêmio, caso verificada a mora do segurado.

“Art. 178, § 6º. Prescreve em um ano: II – A ação do segurado contra o segurador e vice-versa, se o fato que a autoriza se verificar no país; contado o prazo do dia em que o interessado tiver conhecimento do mesmo fato.”

Qual seria o fato que faria iniciar-se a contagem deste prazo prescricional? Em matéria de seguro de danos, por exemplo, seria o sinistro em si, entendido como o evento capaz de fazer com que o segurado pudesse passar a fazer jus à percepção da verba indenitária, ou seria a comunicação exarada pelo segurador, informando ao segurado a respeito da negativa à cobertura do referido sinistro?

Após intensas discussões ocorridas nos nossos Tribunais, o Superior Tribunal de Justiça, através de sua 2ª Seção, em 08.09.1999, editou a Súmula 229, preconizando que: *“O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão”*.

Noutras palavras, a Corte Superior firmou entendimento no sentido de que o prazo prescricional, em hipóteses nas quais houvesse negativa de pagamento por parte dos seguradores, passaria a fluir a partir do momento em que houvesse ciência aos segurados a respeito deste posicionamento, sendo desinfluyente a data da ocorrência

do sinistro em si, desde que, obviamente, tivesse o segurado promovido o competente aviso de sinistro.

Esta era a tônica prevalecente na vigência do Código Civil de 1916, tanto para os ramos dos seguros de danos quanto para os ramos dos seguros de pessoas (vida e integridade física – acidentes pessoais) e de seguros de responsabilidade civil.

Apenas com relação aos seguros de pessoas, convém apontar que o prazo prescricional para as ações movidas pelos beneficiários em face dos seguradores não sofria a aplicação deste lapso de um ano, aplicando-se a regra geral às ações de natureza pessoal prevista no art. 177 do referido Código, que estipulava o prazo comum de vinte anos.

3. A Sistemática Adotada no Código Civil de 2002.

No Código Civil de 2002 os prazos relacionados ao exercício das ações movidas por segurados em face de seguradores e vice-versa não sofreram alterações. A regra constante do art. 206, § 1º, inc. II manteve o prazo anual previsto na legislação de 1916.

As inovações trazidas pelo Novo Código, partindo do que dispõem as letras a e b do referido inciso II, referem-se ao termo inicial de contagem do prazo prescricional, na medida em que a letra a tratou, de forma individualizada, do seguro de responsabilidade civil, o que não foi realizado pelo Código de 1916. (Vale esclarecer que na época em que foi concebido – início do século XIX – o legislador brasileiro era crítico quanto à possibilidade de que houvesse a contratação de um seguro (responsabilidade civil) para que determinada parte pudesse resguardar-se contra os seus erros ou omissões. O entendimento dominante naquela época era no sentido de que aquele que cometeu o ato ilícito deveria ser pelo mesmo responsabilizado, sem que pudesse utilizar-se de mecanismos voltados à transferência destes riscos a terceiros, *i.e.*, seguradores).

Voltando a tratar do que dispõe a letra a – inciso II – art. 206, § 1º, cumpre transcrevê-la:

“Art. 206. Prescreve: § 1º Em um ano: II – A pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo:

- a) para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador;”

Exemplificando, para determinada cobertura de responsabilidade civil facultativa contratada junto à apólice de veículos (RCF-V), suponha-se que este segurado se envolva em acidente que apresente como vítima um terceiro. Dito terceiro, visando ressarcir-se dos seus prejuízos, promove ação judicial em face deste segurado, sendo certo que ocorre pelo mesmo o recebimento de mandado de citação (ato judicial através do qual o réu é chamado a defender-se em determinada lide). No momento em que este segurado recebe este mandado de citação começa a fluir o prazo de prescrição anual, mencionado na regra acima. (Note-se que o momento em que ocorre o acidente - sinistro, ao menos no que se refere à cobertura para responsabilidade civil, não é relevante para que se inicie a contagem do prazo prescricional, não sendo aplicável, portanto, a orientação decorrente da aplicação da Súmula 229 do STJ).

Com relação à segunda parte desta letra a, entende-se que esta não é capaz de gerar maiores complicações, na medida em que caso o segurado opte por indenizar o terceiro com recursos próprios, dependerá, para que possa continuar a fazer jus à garantia indenitária, da anuência do segurador, sendo pouco crível que após anuir com esta iniciativa do segurado, o segurador resolva por não mais promover a cobertura solicitada, eis que nítido seria o contra-senso em sua postura.

Com relação ao exercício da ação proposta por beneficiários em face de seguradores (seguro de pessoas), o Novo Código também trouxe inovação, na medida em que reduziu o prazo que era de vinte anos, característico às ações de natureza pessoal, para o prazo de três anos, consoante dispositivo inserto no inc. IX, § 3º, art. 206.

4. A Aplicação do Código de Defesa do Consumidor – art. 27.

O art. 3º, § 2º, constante do CDC, não deixa margem à existência de dúvidas quanto à sua aplicação à relação existente entre segurados e seguradores, o que, em princípio, poderia fomentar a apresentação de raciocínios no sentido de que a Lei 8.078/90, em seu art. 27 (prazo prescricional de cinco anos às hipóteses em que houvesse fato do produto ou do serviço), por ser posterior ao Código Civil de 1916, teria revogado o referido art. 178, § 6º, inc. II, que fixava o prazo de um ano.

“Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria”.

Atentando para o conceito de fato do produto ou do serviço, abalizada Doutrina sustenta que este traduzir-se-ia como a exteriorização³ de prejuízos para o consumidor causados pela má prestação de um serviço ou por imperfeições existentes num produto.

A negativa de cobertura praticada por um segurador caracterizar-se-ia como fato do serviço ou do produto? Qual seria a natureza jurídica de uma negativa de cobertura?

Ao praticar determinada negativa de cobertura, o segurador poderá estar tomando esta postura motivado por circunstâncias diversas, quais sejam, risco expressamente excluído, agravamento do risco pelo segurado, prescrição, não comunicação do sinistro no momento oportuno etc.

Na medida em que determinado segurador pratica a negativa de cobertura, entende-se que este não está sequer prestando o serviço, não sendo possível afirmar-se, nesta esteira, que este serviço seria defeituoso. Ora, se o serviço não existe, como seria possível classificá-lo como defeituoso?

³ CAVALIERI, Sergio, *Programa de Responsabilidade Civil*, Rio de Janeiro, Malheiros, p. 473: “Entende-se por fato do produto o acontecimento externo que causa dano material ou moral ao consumidor, decorrente de um defeito do produto.”

Partindo desta linha de idéias, a jurisprudência colhida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, de forma uníssona, assenta que o prazo prescricional para as ações motivadas por segurados e seguradores e vice-versa continua a ser anual, não havendo que se falar, portanto, na comentada revogação do art. 178, § 6º, II do CC de 1916 pelo art. 27 do CPDC. A título exemplificativo⁴, confira-se o julgado abaixo:

RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356/STF. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. SEGURO DE VEÍCULO. PRESCRIÇÃO ANUAL. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INEXISTÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. (...) **III - Em caso de recusa da seguradora ao pagamento da indenização contratada, o prazo prescricional da ação que a reclama é o de um ano, nos termos do artigo 178, § 6º, II, do Código Civil. Inaplicabilidade do disposto no artigo 27 do CDC. Precedentes da Segunda Seção.** Todavia, na hipótese, deve ser a prescrição intercorrente afastada, na hipótese, pois que reconhecida a demora na tramitação processual por falta de impulso oficial. (...) (REsp 331337-RJ, Rel. Min. Castro Filho, 3ª Turma, DJ 10.12.2004, v.u.)

5. Conclusão:

A fixação de conceitos acerca do termo inicial de contagem dos prazos prescricionais não encontra respostas tranquilas na seara legislativa.

⁴ Segue relação de julgados provenientes do eg. STJ nos quais entendeu-se pela inexistência de revogação do art. 178, § 6º, II do CC de 1916 pelo art. 27 do CPDC. (RESP 574947 / BA, Nancy Andrighi, 2ª Seção, DJ 28.06.2004., * RESP 590489 / RJ, César Asfor Rocha, 4ª Turma, DJ 14.06.2004., * AGA 554420 / RS, Carlos Alberto Menezes Direito, 3ª Turma, DJ 07.06.2004., * RESP 533004 / SC, Aldir Passarinho Júnior, 4ª Turma, DJ 10.05.2004., * RESP 518625 / RJ, Humberto Gomes de Barros, 3ª Turma, 25.02.2004., * RESP 242745 / MG, Antônio de Pádua Ribeiro, 3ª Turma, DJ 19.12.2003.)

A fim de que seja possível buscar o melhor entendimento quanto a estes prazos faz-se necessário recorrer à jurisprudência e à Doutrina, o que se procurou fazer nestes breves comentários.

Resumindo o exposto até aqui, sustenta-se que em matéria de contrato de seguro o prazo prescricional previsto tanto no Código Civil de 1916 quanto no Código Civil de 2002 é anual, tendo como base as relações desenvolvidas entre segurados e seguradores e vice-versa.

Ressalta-se que o Novo Código Civil, com relação ao seguro de responsabilidade civil, trouxe ao ordenamento jurídico vigente regra até então neste inexistente, passando a figurar como o termo inicial de contagem do prazo prescricional a data em que ou o segurado é citado em demanda judicial proposta por terceiro ou a data em que o segurado lhe indeniza, desde que com anuência do segurador.

Representou inovação, ainda, a redução do prazo prescricional de vinte anos para três anos, tendo em vista as ações propostas por beneficiários em face de seguradores, isto sob a ótica do seguro de pessoas (vida e integridade física).

Por fim, com relação à aplicação do art. 27 do Código de Defesa do Consumidor, expôs-se que a jurisprudência pacificada no Superior Tribunal de Justiça, por reiteradas decisões de sua 2ª Seção, assentou que este dispositivo não se aplica para casos em que ocorra a negativa de cobertura por parte dos seguradores, devendo-se aplicar, ante à inexistência do aludido fato do produto ou do serviço o prazo prescricional anual, previsto no art. 206, § 1º, II, do Novo Código Civil.